

NAS TRAMAS DA MODERNIDADE: DESENVOLVIMENTO MANUFATUREIRO E ESCRavidÃO NO RIO DE JANEIRO IMPERIAL

Daiane Estevam Azeredo *

A relação entre capitalismo e escravidão é uma das temáticas intensamente discutidas pela historiografia brasileira, permeando desde estudos clássicos até as pesquisas mais recentes. Embora esse debate pareça já ter sido esgotado, observa-se que as transformações sociais, econômicas e culturais e as relações que essas mudanças expressaram em dada realidade é um ponto que de um modo ou de outro perpassa o desenvolvimento das análises, independente do campo histórico a que elas se circunscrevem. Nesse sentido, acreditamos ser importante conhecer o que tem sido debatido a nível nacional e internacional quanto à relação entre modos de produção e os processos de transição para que possamos avançar no desenvolvimento de novas questões.

Dessa forma, temos por objetivo analisar a produção acadêmica que discute a relação entre modos de produção, desenvolvimento técnico e escravidão no Rio de Janeiro após a chegada da corte portuguesa até meados do período imperial brasileiro (1808-1860). Verificaremos, pois, em que medida as relações escravistas permearam o ambiente de oficinas e manufaturas cariocas, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de atividades que demandavam destreza de atuação. Para isso, trabalharemos com as principais referências sobre essa temática de forma com que os leitores tenham acesso a esse debate de forma ampliada. Adverte-se que não esgotaremos o debate e tão pouco apresentaremos todos os principais autores sobre essa discussão, contudo acreditamos poder contribuir com novas reflexões e proposições.

É nessa faixa temporal que se observa o desenvolvimento de manufaturas, em que alguns ramos passaram a combinar o uso de ferramentas com o emprego de determinada divisão de trabalho. Luiz Carlos Soares, ao tratar das manufaturas na região fluminense,¹ delimitou a existência de dois períodos: um que vai de 1808 a 1840 e que se caracteriza pela predominância das atividades artesanais e outro que vai de 1840 a 1880. Este último período, segundo o autor, se subdividiu em duas fases: uma que se distinguiu pelo surto industrial e que compreendeu o período de 1840 e 1860 e outra, em que houve um momento de declínio e estagnação, mais precisamente entre 1860 e 1880.² É dentro desse contexto de desenvolvimento que levantamos a presente questão.

Diante disso, questionamo-nos como as manufaturas que surgiram entre 1840 e 1860 no Rio de Janeiro absorveram mão de obra com preparo para tais atividades. Luiz Soares

* Doutora em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

1. Região do Vale do Paraíba, passando pela província do Rio de Janeiro, à Zona da Mata Mineira (SOARES, 1980, p. 3).

2. Ressalta-se que essa demarcação se refere ao caso do Rio de Janeiro (SOARES, 1980, p. 115-117).

apontou a existência de 108 estabelecimentos como estes na província e município neutro do Rio de Janeiro no final dos anos de 1850. Acreditamos que puderam ter sido organizados escolas ou espaços dentro dos próprios estabelecimentos manufatureiros em que trabalhadores com alto grau de conhecimento sobre aquela determinada arte puderam transmitir seu conhecimento para a formação de trabalhadores que poderiam ser denominados de aprendizes. Após atingir determinado nível de conhecimento sobre essas atividades, estes seriam inseridos nos espaços efetivos de produção, conduzindo de forma autônoma essas atividades.

Embora essa ideia aparente um aspecto de informalidade ou que houvesse pouco controle sobre quem atingiria determinado nível de conhecimento, acreditamos que poderiam ocorrer exames ou outros tipos de critérios que determinavam a passagem da categoria de aprendiz para outro nível que poderia ser denominado de oficial ou até mesmo de mestre. Essas nomenclaturas, aprendiz, oficial e mestre,³ adviriam da organização do trabalho mecânico sob a forma de corporações de ofícios que estiveram em vigor oficialmente até 1824.

Segundo Luiz Carlos Soares (1980, p. 117), apesar de as corporações de ofícios terem sido formalmente extintas em 1824, as práticas corporativas permaneceram ativas nas atividades artesanais do Rio de Janeiro até 1840. Isso seria perceptível pela permanência de mestres e aprendizes na documentação da Junta de Comércio. Para Soares, o declínio das corporações de ofício foi gradual e ocorreu ao longo da primeira metade do século XIX, sendo efetivado somente nesse ano. Entre os fatores indicados por ele, com base em Eulalia Lobo, para esse declínio estava o fato de as atividades artesanais terem sido desenvolvidas em espaços a parte por escravos, a queda dos padrões de qualidade da produção, a utilização excessiva de escravos como aprendizes, o aumento de oficinas artesanais independentes e a proliferação de manufaturas em 1840. Por essa concepção, temos, pois, indícios de que as práticas de ensino e aprendizagem poderiam ter sido desenvolvidas dentro das próprias manufaturas, já que as categorias aprendiz, oficial e mestre continuaram a ser utilizadas mesmo após 1824.

De todo modo, autores como Romulo Garcia (1980), Luiz Carlos Soares (1980) e Geraldo Beauclair (1992), por exemplo, apontaram a inserção de um bom número de escravos em estabelecimentos manufatureiros do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, inclusive em atividades que envolviam destreza de atuação. Dessa forma, apresentaremos a seguir o debate estrangeiro sobre a relação entre os modos de produção, os processos de transição e o peso do desenvolvimento técnico. Logo após, trataremos do debate nacional sobre

3. De acordo com Mônica Martins (2008, p. 30), a mesma hierarquia que havia nas corporações portuguesas seria a utilizada na disposição dos ofícios mecânicos do Brasil até 1824. Para ela, “ao longo do aprendizado do ofício os artesãos eram denominados aprendizes; o artesão que obtinha perfeita preparação técnica era denominado oficial; aqueles que conduziam e ensinavam os serviços eram chamados mestres.” Dessa forma, acreditamos que essa mesma hierarquia pode ter permanecido no interior de oficinas e manufaturas cariocas, tendo sido ela que proporcionou uma organização dentro desses estabelecimentos.

modos de produção e escravidão colonial e imperial. Almejamos, pois, com este estudo contribuir no sentido proporcionar um balanço do que tem sido discutido e produzido sobre essas questões, principalmente no que se refere às relações entre livres e cativos em contextos de desenvolvimento de novas formas de produção.

O Debate Estrangeiro sobre Modo de Produção, Desenvolvimento Técnico e os Processos de Transição

O conceito de modo de produção é um dos mais relevantes dentro do pensamento marxista, mais especificamente para o materialismo histórico. Antes de iniciar o debate a respeito dos modos de produção, faz-se necessário indicar o que se entende por modo de produção.

Um aspecto central para se compreender esse conceito é a importância da expressão *como* produzir algo em detrimento de *o que* produzir. Isso quer dizer que a ideia central é que as relações são colocadas em uma sociedade para produzir algo. Essas relações, por sua vez, estão interligadas com as estruturas econômica, jurídica e política.

Nesse sentido,

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

Por essa concepção, observa-se que todas as relações sociais de produção sempre ocorrem sob uma estrutura jurídica-política, por mais que o nível econômico exerça papel preponderante em última instância. Além disso, cada época tem traços comuns que se destacam quando comparados. No entanto, alguns aspectos perpassam todos os períodos e outros, não. Isso quer dizer que modo de produção é um conjunto de aspectos dominantes.

Tendo essa percepção do conceito de modo de produção, mesmo que de forma simplificada, destacaremos a seguinte os principais autores e vertentes que tratam sobre ele e, principalmente, sobre os processos de transição entre um modo de produção e outro. Para abordar esse tema, um dos principais autores é Karl Marx.

Marx, em sua obra intitulada *O Capital: crítica da economia política* (1986, p. 243-244), analisou o capital comercial para demonstrar que os fatores que originaram o

sistema capitalista eram provenientes do sistema anterior. Para isso, ele apontou que seria errado pensar o capital comercial (fosse o capital comercial de mercadorias ou o de dinheiro) como uma espécie do capital industrial. Na verdade, o capital comercial seria mais antigo que o sistema capitalista. Seria possível percebê-lo bem antes como uma expressão mais antiga do capital.

Desse modo, por essa concepção, não foram os descobrimentos geográficos dos séculos XVI e XVII que levaram ao rápido desenvolvimento do capital comercial e que promoveram a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Para Marx, os elementos para a transformação de um sistema estão no sistema anterior. Teria sido a

[...] súbita expansão do mercado mundial, a multiplicação das mercadorias em circulação, a rivalidade entre as nações europeias pela posse de produtos asiáticos e dos tesouros americanos, o sistema colonial, contribuíram essencialmente para quebrar as barreiras feudais (MARX, 1986, p. 250).

Outro autor relevante para essa questão é Max Weber. Ao analisar o motivo que levou ao desenvolvimento de uma racionalidade moderna no ocidente e não em outros locais, Weber apontou que para que possamos compreender a passagem da sociedade tradicional para uma sociedade moderna no Ocidente, deve-se verificar como a racionalidade religiosa proporcionou meios para sua própria desintegração, provocando assim o surgimento de uma sociedade secular. Por racionalidade, segundo Jesse Souza (2006, p. 7-12), Weber entendeu como a forma como os indivíduos percebem e agem no mundo, podendo ser em três níveis de ações, a saber: o mundo objetivo (realidade exterior), o mundo social e o mundo subjetivo (aquele que se tem o acesso de modo privilegiado).

Por essa vertente, como

[...] as sociedades tradicionais eram sociedades dominadas por uma visão religiosa do mundo, em que a religião era a instância que produzia 'sentido' em todas as suas dimensões, a passagem 'espontânea' para uma sociedade de tipo secular e moderno haveria de ter raízes religiosas (WEBER, 2006, p. 11).

Dessa forma, a explicação para o surgimento do capitalismo estaria diretamente ligada ao que Weber chama de "desencantamento do mundo", ou seja, perda do peso da religião como produtora de sentido.

Para ele, a sociedade passou por vários estágios até chegar ao capitalismo. Esse processo surgiu no Ocidente e teve como precursores na Antiguidade as sociedades

anônimas dos *publicani* romanos. Estes partilhavam o lucro com o público através de ações. No entanto, isso seria um fato isolado e sem importância naquele momento. Entre os estágios destacados por Weber, temos as sociedades reguladoras, em que a marca era a falta de capital fixo, como os sindicatos, e falta de cálculo de capital na definição atual. Outro estágio seriam as grandes sociedades coloniais, como as companhias das Índias Orientais holandesa e inglesa (WEBER, 2006, p. 21-22).

Por essa visão, tem-se a percepção de um entendimento como se todas as sociedades passassem pelos mesmos processos para o desenvolvimento do capitalismo. Isso se explica pelo fato de esse autor trabalhar com a noção de tipos ideais. Este é um conceito que está intrinsicamente ligado a metodologia da comparação em que dispõe os fatos/casos em uma escala tipológica que é estabelecida por meio de características comuns (WEBER, 1982, p. 79). Tem-se, pois, a perspectiva de que a sociedade obedece a leis reguladoras.

Mais à frente, Paul Sweezy (1978, p. 41-42), economista marxista estadunidense, ao tratar do processo de transição do feudalismo para o capitalismo,⁴ indicou que a ascensão desse novo modo de produção ocorreu por causa da expansão comercial ocorrida entre os séculos XI e XIV. Esse elemento externo teria impulsionado a produção para a troca, em oposição à produção feudal voltada para o uso. Desse modo, o comércio estimulou o surgimento das cidades, que se tornaram polos de produção racionalizada e de atração para os servos do campo (SWEEZY, 1978, p. 47-48).

Por outro lado, temos também a concepção do economista inglês Maurice Dobb (1978, p. 71-83). Para ele, o fator central da desintegração do Feudalismo foi interno, sendo a pressão dos senhores sobre os servos e os conflitos de classe entre dominadores e dominados suas principais causas.

O período entre o século XV e XVI seria um momento de transição em que o sistema feudal estaria em avançado momento de desintegração antes mesmo do desenvolvimento do capitalismo.

Dobb apontou que a classe dominante nesse período ainda era feudal e que o Estado ainda era usado como seu instrumento de poder. Como o comércio já ocupava lugar de destaque, essa classe teria interesse nele estabelecendo, assim, parcerias e alianças com setores da burguesia mercantil. Desse modo,

[...] esta forma tardia e decadente da exploração feudal do período de poder estatal centralizado apresentava muitas diferenças em relação à exploração feudal dos séculos anteriores; é de admitir-se que em muitos pontos começara a esgarçar-se o 'revestimento' feudal (DOBB, 1978, p. 78).

4. Para Sweezy (1978, p. 41), feudalismo da Europa Ocidental seria um sistema econômico em que a servidão foi a forma dominante de produção e em que a produção se organizava no interior e ao redor das propriedades dos senhores. Ele ressalta que essa ideia não quer dizer que não houvesse o comércio a longa distância ou o uso de dinheiro nas transações. A produção seria voltada para uso próprio. Por isso, não houve pressões para melhoria na organização e nos métodos de produção. No entanto, não podemos perceber o feudalismo como estático. Os elementos para verificar essa instabilidade seriam a competição entre senhores por terras e vassalos, pois esses elementos gerariam poder e prestígio a eles e o crescimento populacional por demonstrar a instabilidade do sistema.

Sweezy, por sua vez, chamou o período de transição entre o século XV e XVI de “produção pré-capitalista de mercadorias”. Embora essa concepção pareça entrar em conflito com as proposições de Marx, Sweezy apontou algumas citações de Marx que demonstram similaridade com o pensamento dele, como a seguinte afirmativa.

Embora deparemos com os primeiros começos da produção capitalista já nos séculos XIV ou XV, esporadicamente, em certas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista data do século XVI. Onde quer que apareça, a abolição da servidão já se processara havia tempo, e as cidades soberanas – o ápice do desenvolvimento da Idade Média – havia muito tinham entrado em declínio (MARX Apud: SWEEZY, 1978, p. 61). Ele salienta, ainda, que considerar esse período de transição como um sistema social, fosse feudalismo ou capitalismo é errôneo, pois nesse período ainda haveria fortes traços de servidão e começos bem delineados do trabalho assalariado. Não haveria uma relação de produção predominante para caracterizar um sistema (SWEEZY, 1978, p. 60-63).

Dentro desse contexto de transformações, destacam-se dois episódios considerados como marco nessa transição que foram a Revolução Industrial na Inglaterra e a Revolução Francesa. Enquanto a Revolução Francesa provocou transformações no campo das ideias, a Revolução Industrial Britânica proporcionou modelos de fábricas e ferrovias, por exemplo (HOBBSAWM, 1977, p. 83). Autores como David Landes e Eric Hobsbawm são alguns dos pesquisadores que discutem a importância da Revolução Industrial inglesa e buscam averiguar os motivos para ela ter se iniciado na Inglaterra.

David Landes (2005, p. 577) indicou que os fatores motivadores para a Revolução Neolítica na antiguidade se tratavam basicamente do ato de cultivar a terra e domesticar animais. Isso teria proporcionado maior oferta de alimentos e consequentemente um crescimento populacional. Já a Revolução Industrial estaria intrinsecamente ligada ao aperfeiçoamento técnico e representaria uma ruptura na história da humanidade. Esta expansão teria levado a um aumento populacional, a aglomerações cada vez maiores de pessoas, a uma especialização da força de trabalho e ao desenvolvimento intelectual, científico e tecnológico.

Para Landes,

[...] A Revolução Industrial e o subsequente casamento da ciência com a tecnologia constituíram o clímax de milênios de progresso intelectual. Foram também uma enorme força a favor do bem e do mal, e houve momentos em que o mal superou amplamente o bem. No entanto, a marcha do conhecimento e da técnica continua e, com ela, a luta social e moral (LANDES, 2005, p. 594).

Por outro lado, há os que relativizam a importância do desenvolvimento técnico para o surgimento da Revolução Industrial na Inglaterra. Eric Hobsbawm (1979, p. 103) ao analisar as origens para a Revolução Industrial na Inglaterra, verificou que ela foi pioneira do capitalismo industrial. Para ele, deve-se questionar o peso excessivo que imputam às descobertas científicas e às inovações tecnológicas como fatores fundamentais para esse processo. Isso porque em 1690 e 1700 essa tecnologia já estava disponível.

Hobsbawm (1979, p. 119-120) apontou, ainda, que a Revolução Industrial não foi fruto de um projeto estatal claro. Ela teria ocorrido na Inglaterra, por forças do mercado. Teria havido um crescimento das exportações por demandas da própria Europa enquanto a expansão dos mercados coloniais perdeu força em 1770. Isso significa que o desenvolvimento se acelerou por questões do mercado interno e não externo, como geralmente é mencionado.

Há, por outro lado, autores que veem processos como este como uma etapa do desenvolvimento da sociedade. Entre eles, temos Walt Whitman Rostow (1961, p. 10-31) o qual apresenta uma teoria e metodologia que é contrária a marxista. Ele indicou a existência de um conjunto de cinco (05) etapas para se analisar o desenvolvimento das sociedades. Embora reconheça que esse modo de encarar as coisas seja limitado, arbitrário e restrito, Rostow ressaltou que seria justamente esses aspectos que fariam com se percebesse as diferenças e as exclusividades nos processos de desenvolvimento de cada sociedade.

Para Rostow, seria possível enquadrar todas as sociedades em uma das cinco categorias, a saber: sociedades tradicionais, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa.

A sociedade tradicional seria aquela que se expande dentro dos limites da produção, baseada numa ciência, tecnologia e atitude pré-newtonianas. Pode haver inovações técnicas na agricultura, no comércio e na indústria, além de aumento na produtividade por meio de melhorias na forma de irrigação, por exemplo, porém não sob as bases das técnicas modernas. A segunda etapa seria um período de transição para as sociedades modernas. Com a decomposição da Idade Média, as concepções da ciência moderna se convertem em novas funções. “[...] Entre os Estados do Oeste da Europa, a Grã-Bretanha, favorecida pela geografia, pelos recursos naturais, pelas possibilidades comerciais, pela estrutura social e política, foi a primeira a desenvolver amplamente tais condições prévias” (ROSTOW, 1961, p. 18). Essas pré-condições viriam por questões externas e não internas. As invasões, seja em sentido literal ou figurado, abalaram essas sociedades dando início ou acelerando seu processo de desintegração. O arranco seria a fase que as bases tradicionais são superadas. A formação dos Estados nacionais foi fator decisivo em oposição aos poderes locais. Nesse processo, as questões políticas ganharam destaque em detrimento das questões econômicas. As indús-

trias se expandem e seus lucros fazem surgir novos estabelecimentos. Elas, por sua vez, estimulam o desenvolvimento urbano. A modernização chega à agricultura. A marcha para maturidade ocorre após o arranco, em que a economia procura alargar o uso da tecnologia a todas as suas atividades. 60 anos após o início do arranco ocorre o que Rostow denominou de maturidade, embora não consiga justificar esse recorte cronológico. Nesse momento, dá-se lugar ao processo de produção mais complexo em termos tecnológicos. Por fim, teríamos a era do consumo em massa que seria o período pós maturidade. Nele se destacam os bens duráveis de consumo e de serviços. O consumo ultrapassa as necessidades básicas, surge o Estado de Bem-Estar-Social e o uso de utensílios domésticos se expande, bem como o uso de bicicleta e carro.

Rostow é contrário à proposição marxista de que a política, a cultural e a organização social seriam superestrutura oriunda da economia. Para ele, as mudanças não teriam aspiração ou fim econômico.

[...] Embora seja verdade que a mudança econômica tem consequências políticas e sociais, a mudança econômica propriamente dita é aqui olhada como a consequência de forças políticas e sociais, tanto quanto de forças estritamente econômicas (ROSTOW, 1961, p. 13).

Douglas North (1994, p. 11-26), economista estadunidense, em vez de analisar sob o prisma de etapas de desenvolvimento, apontou a importância do direito de propriedade para o desenvolvimento das sociedades. Ao longo da história, a propriedade seria mais comunal do que privada. O crescimento nesse contexto seria mero acaso e, assim, a não apropriação de bens faria com que a tecnologia e o conhecimento fossem baixos. Nesse sentido, o direito de propriedade é o que asseguraria a formação de capital.

Desse modo, ao garantir o direito de propriedade, instituições eficientes levariam grupos e indivíduos a investir em atividades produtivas por reduzir os custos de produção, gerando, pois, acumulação de capital. Haveria, então, uma estrutura de incentivos individuais e sociais que influíram inclusive nas mudanças das taxas populacionais. Assim, essas variações no número da população poderiam ser explicadas antes pela estrutura de incentivos ou desincentivos em ter filhos, devido aos custos sociais e privados que essa ação demanda, do que meramente por uma decisão pessoal (NORTH, 1994, p. 20).

Entretanto, Karl Polanyi (2000, p. 8) demonstrou que não existe uma sociedade em que todas as relações sejam de redistribuição ou de economia de mercado. Isso quer dizer que pode existir uma racionalidade não-econômica

numa economia capitalista. Para ele, há várias maneiras de interação da economia humana convivendo entre si, embora haja uma forma predominante. Ele indica a existência de três delas para o período não capitalista, a saber: reciprocidade, redistribuição e troca. A reciprocidade se refere ao fato de a atividade econômica estar ligada ao sistema de parentesco ou instituições similares. Já a redistribuição se refere à atividade de recolher e redistribuir conforme o costume, a lei ou a decisão de um centro de poder. Por fim, as trocas seriam relações bidirecionais pautadas em interesses próprios, o comércio.

Polanyi (2012, p. 62) afirmou que comércio e mercado sempre existiram, fossem combinados com o uso de dinheiro ou não. Na verdade, uma ruptura de fato ocorreria quando a sociedade se tornou um mero acessório do mercado. A partir desse momento é que a economia passou a ser controlada pelo mercado. Para ele,

[...] Nenhuma sociedade poderia sobreviver durante qualquer período de tempo, naturalmente, a menos que possuísse uma economia de alguma espécie. Acontece, porém, que, anteriormente à nossa época, nenhuma economia existiu, mesmo em princípio, que fosse controlada por mercados. Apesar da quantidade de fórmulas cabalísticas acadêmicas, tão persistentes no século XIX, o ganho e o lucro feitos nas trocas jamais desempenharam um papel importante na economia humana. Embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde a Idade da pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica (POLANYI, 2012, p. 62).

Consoante a essa perspectiva, mais com alguns pontos destoantes, Ellen Wood refuta a ideia de pré-existência do capitalismo para explicar seu surgimento, como se seguisse o curso natural e fosse, pois, algo inevitável. Da mesma forma, não concorda com a perspectiva de que o crescimento das cidades viria destruir o sistema feudal. Para ela, o capitalismo nasceu no campo, num lugar específico e em época recente da história.

[...] Não precisou de uma simples extensão ou expansão do escambo e da troca, mas de uma transformação completa das relações e práticas humanas mais fundamentais, de um rompimento com antiquíssimos padrões de interação humana com a natureza (WOOD, 2001, p. 77).

Isso quer dizer que o que mudou foi a relação entre os produtores e os apropriadores. Nas sociedades pré-capitalistas os produtores têm a posse aos meios de produção, enquanto no capitalismo não. Isso em nada teria relação com o fato de a produção ser urbana ou rural. Mercados já existiam, mas quando ele passou a desempenhar uma função distinta, as mercadorias passaram a ser produzidas para o mercado. O trabalhador e o apro-

priador de trabalho passaram, pois, a depender do mercado (WOOD, 2001, p. 88-91).

Essa dependência teria surgido em decorrência da preocupação com o melhoramento agrícola. Ainda no século XVI, a Inglaterra possuía um setor agrário mais produtivo que passou a se preocupar com essa questão para fins monetários. Esse melhoramento não estava ligado ao desenvolvimento tecnológico, mas antes ao desenvolvimento de técnicas de cultivo ou de seu aperfeiçoamento. No entanto, mais do que melhoramento de técnicas e de métodos, trata-se de novas formas de concepções de propriedade (WOOD, 2001, p. 88-91).

Por outro lado, há autores que percebem como ponto central para o desenvolvimento do capitalismo a formação das monarquias absolutistas. Perry Anderson indicou que isso se justificaria pelo aspecto de centralização do poder. Enquanto no feudalismo os senhores feudais detinham poder político e econômico juntos, no absolutismo o poder político foi passado para outra instância, os reis, abrindo assim os “grilhões” para o desenvolvimento do capitalismo. Desse modo,

[...] A sua solução correta é, na verdade, vital para a compreensão da passagem do feudalismo para o capitalismo na Europa, e dos sistemas políticos que a diferenciaram. As monarquias absolutas introduziram os exércitos regulares, uma burocracia permanente, o sistema tributário nacional, a codificação do direito e os primórdios de um mercado unificado. Todas essas características parecem ser eminentemente capitalistas (ANDERSON, 2004, p. 17-18).

Entretanto, Anderson destacou que seria um erro pensar que o fim da servidão teria liquidado as relações feudais. Ele apontou que a classe dominante, tanto em sentido econômico como político, continuou sendo a mesma da época medieval: a aristocracia da terra. Ela passou por profundas transformações no final da Idade Média, mas nunca teria perdido seu poder político (ANDERSON, 2004, p. 17-18).

Diversas são as obras e os autores que tratam do processo de transição entre feudalismo e capitalismo. Pretendemos a partir desse panorama, verificar como essa discussão se processou no que se refere ao Brasil. Afinal, houve feudalismo no Brasil colonial e imperial? Sabemos que um bom número de cativos foi inserido em estabelecimentos manufatureiros e industriais, mas em que medida se deu essa inserção diante de atividades que exigiam formação específica para tal?

Escravidão e Modo de Produção no Brasil Colonial e Imperial: Entrave ou Fator Causador de Transformações?

Uma questão que emerge quando se fala em transformações nas formas de produção é a relação que estas tiveram com a realidade em que se efetivaram. Nesse sentido, a historiografia que trata da formação econômica do Brasil colonial e imperial assume o foco central das discussões, já que um dos pontos centrais nesse debate é a relação entre desenvolvimento técnico e escravidão. Há uma vasta produção sobre essa temática e, por isso, apresentaremos a seguir um breve balanço das principais vertentes sobre o processo de formação do Brasil Colônia e Império a partir das relações sociais de produção.

Um dos primeiros modelos de explicação colocou que as estruturas sociais e econômicas do Brasil colonial estariam subordinadas aos interesses do mercado externo, pois o monopólio seria a característica típica do capitalismo comercial em vigor na Europa Ocidental. Caio Prado Junior (2012) e Celso Furtado (2018), nas décadas de 1940 e 1950, respectivamente, precursores dessa vertente, não levaram em consideração as dinâmicas internas, os arranjos locais e imputaram como função exclusiva do Brasil a de produzir para atender esse mercado, fornecer espaço para venda dos produtos manufaturados europeus e ampliar o comércio de negros controlado pelos europeus. Assim, não haveria um mercado interno, pois este colocaria em xeque o próprio *sentido da colonização*. A produção que aqui se desenvolveu visaria apenas à atividade exportadora.

No entanto, na segunda metade do século XVIII, os impérios ibérios teriam entrado em declínio e novos atores ingressaram no cenário mundial: a França e a Inglaterra, estando a Espanha ao lado da primeira e Portugal, da segunda. Isso se explicaria pelo surgimento do capitalismo industrial em detrimento do capitalismo comercial.

As práticas monopolistas, tipicamente características do capitalismo comercial, com o advento do capitalismo industrial se tornaram um empecilho para a ampliação do mercado (PRADO, 2012, p. 88).

É nessa vertente também que se apontou uma incompatibilidade entre escravidão e o desenvolvimento manufatureiro. Caio Prado, por exemplo, ao tratar da atuação dos cativos em atividades manufatureiras, chegou a indicar que a “[...]ineficiência para os serviços mais delicados e complexos de manufaturas será logo percebida; sem contar a vantagem financeira maior que representa na indústria o pagamento de salários em vez do preço de escravos.” (PRADO, 2012, p. 129). Isso quer dizer que, para ele, os escravos seriam mais onerosos do que os assalariados, pois os escravos corresponderiam a um capital fixo que tinha a duração da vida de um indivíduo. Já o assalariado, pelo contrário, forneceria sobretrabalho sem adiantamento ou risco algum.

Nesse mesmo período, mesmo com pontos destoantes, ainda temos a obra de Fernando Henrique Cardoso (1997, p. 170-186) intitulada “Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul”. Para Cardoso, a própria economia escravista seria um empecilho para o desenvolvimento do capitalismo, por ser pouco flexível diante das transformações tecnológicas. Ao final do século XIX, no Rio Grande do Sul, já seria perceptível que o trabalho escravo era menos produtivo do que o trabalho livre.

Mais à frente, na década de 1970, seguindo essa mesma linha de interpretação, temos a obra de Fernando Novais (1986, p. 110) intitulada *Brasil e Portugal na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Pautado na concepção de antigo sistema colonial, Novais indicou que a estrutura escravista impossibilitaria o desenvolvimento de processos tecnológicos mais avançados, porque os escravos seriam de níveis culturais inferiores. Por outro lado, o crescimento da economia de mercado era limitado, com baixo grau de produtividade e um reduzido mercado interno. Isso faria com a economia colonial fosse dependente da economia da metrópole.

Outro modelo de explicação foi o seguido por Nelson Werneck Sodré (1962) que, na década de 1960, ao analisar a formação histórica do Brasil do período colonial a contemporaneidade, percebeu a existência de relações feudais até o final do século XIX, quando teria surgido a burguesia nacional.

Para ele, o Brasil teria passado por todos os estágios de desenvolvimento, variando de acordo com a região, a saber: o sistema de comunidade primitiva, sob o qual viviam os indígenas quando os portugueses chegaram aqui, o escravismo entendido no sentido das relações do mundo antigo, que aqui se configurou sob a produção açucareira do século XVI, o feudalismo, pois as relações patriarcais gerariam laços de dependência entre senhores e escravos que se assemelhariam as relações servis, e o capitalismo que se iniciou com o declínio da escravidão.

Para Sodré (1962, p. 4), coexistiram no Brasil essas diferentes formas de produção, gerando antagonismos entre as diversas regiões. Assim, seria perceptível verificar formas feudais, capitalistas e de comunidade primitiva ao longo de nosso território, partindo do presente ao passado. Apoiado numa visão etapista, o Brasil teria vivenciado inclusivo as relações feudais de produção.

Sodré acrescentou, ainda, que com o surgimento cada vez maior de estabelecimentos comerciais e industriais, substituiu-se aos poucos o trabalho escravo pelo trabalho livre. Desse modo, percebe-se que ele tam-

bém colocou o uso de cativos como algo negativo às manufaturas e fábricas (SODRÉ, 1962, p. 266).

Na década de 1970, temos outra forma de conceber a formação brasileira. Esta foi proposta por Ciro Flamarion (1987) e Jacob Gorender (1980; 1985) e tem como ponto central a ideia de existência de um modo de produção peculiar: o escravismo colonial. Gorender (1980, p. 56-57), retomando e aprofundando esse conceito criado por Flamarion, compreendeu a dinâmica da sociedade colonial a partir da estrutura de produção, a saber: a escravista. Ela seria colonial, porque a insuficiência de seu mercado interno a vinculava ao mercado externo, na medida em que a circulação monopolista preexistiu a ela, mas que não foi impeditiva para o desenvolvimento industrial.

Apesar de o escravismo patriarcal antigo ter possuído uma classe de despossuídos e uma classe patricia que monopolizada as riquezas, mas por ser uma economia natural, não propiciou condições para o surgimento do capitalismo, mas sim do feudalismo. Por outro lado, no escravismo colonial brasileiro, a produção agrícola era mais elevada até mesmo do que no feudalismo, com alto coeficiente de comercialização, fornecendo meios para o desenvolvimento do capitalismo a partir do seu processo de desintegração (GORENDER, 1980, p. 61).

Gorender indicou, ainda, a existência de escravos nos primeiros núcleos industriais. Para ele (1980, p. 482),

[...] quando devidamente treinados e condicionados, os trabalhadores negros, apesar de escravos, exerciam com eficiência funções profissionais de razoável complexidade. Inteligência e habilidade não são privilégios da raça branca.

Isso significa que Gorender é contrário a concepção de que não houvesse espaço para cativos nesses tipos de estabelecimentos, por eles serem incapazes por natureza. No entanto, ele não deixa de salientar que embora houvesse escravos em estabelecimentos manufatureiros, essa introdução foi em pequena proporção, pois o sistema escravista seria hostil a formação de trabalhadores qualificados, o qual proibia o acesso dos escravos à instrução.

Já nas décadas de 1980 e 1990, pautados na ideia de sociedades de Antigo Regime que se caracterizava pela ideia de que a hierarquia socioeconômica era estamental, surgiram alguns estudos que demonstraram a existência de um dinâmico mercado interno na América Portuguesa. Além disso, apontaram, ainda, que o tráfico de escravos não estava nas mãos do capital mercantil europeu, mas de negociantes que aqui residiram. Entre essas obras, destacam-se os textos de João Frago (1998) e Manolo Florentino (1995), intitulados, respectivamente, *Homens de Grossa Ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)* e *Em costas negras: uma história do tráfico*

atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).

Essa linha de investigação proporcionou uma leitura totalmente diversa daquela da década de 60 sobre as relações entre colônia e metrópole. Concordamos com a ideia de existência de um mercado interno dinâmico e do domínio dos colonos da América portuguesa sobre o tráfico de escravos, porém não percebemos as relações aqui imprensas como simplesmente típicas de sociedades de Antigo Regime.

Não percebemos que figura do rei lusitano exerceu o mesmo papel e nível de influência do que em Portugal, pois vemos que aqui se formou um novo modo de produção: o escravismo colonial, com leis distintas das leis de outros modos de produção e que influía nas dinâmicas de formação de vínculo socioeconômico entre os sujeitos. Tanto a produção, como as relações sociais e econômicas tinham como eixo central a escravidão, fazendo com que a própria hierarquia da sociedade fosse distinta ao ter como figura principal o escravo.

Não obstante, também não corroboramos com a ideia que percebe os escravos como sujeitos que só teriam atuado em atividade que demandavam força física e que não exigiam instrução. Alguns estudos já desmitificaram essa concepção e demonstraram a inserção de escravos em atividades com algum nível de especialização em manufaturas e fábricas do Rio de Janeiro no século XIX. Entre eles, temos as obras de Rômulo Garcia de Andrade (1980), Luiz Carlos Soares (1980) e Geraldo Beauclair (1992).

Rômulo Andrade (1980, p. 164-174) ao tratar da situação das manufaturas têxteis estatais e particulares do Rio de Janeiro entre 1808 e 1850, apontou a existência de mão de obra escrava masculina e feminina, sendo estes empregados em atividades que envolviam destreza de atuação. Além disso, ele indicou que com o decorrer do tempo passou-se do trabalho escravo para o livre nas manufaturas cariocas, mas que essa liberdade seria formal e que a reinvidicação por uma liberdade de fato atravessou os tempos históricos.

Luiz Carlos Soares (1980, p. 305-317) indicou que entre 1840 e 1860 coexistiram o trabalho livre e escravo nas manufaturas do Rio de Janeiro. Os escravos também desempenhariam tarefas que exigiam habilidade, assim como livres realizavam tarefas que exigiam força física. Desse modo, Soares criticou a visão de que o trabalho executado por livres eram apenas de destreza e o dos escravos, força física. Para ele, a visão do escravo como boçal, ignorante ou bárbaro e que representava um atraso para o desenvolvimento industrial, por trabalhar de má vontade, por exemplo, atenderia a visão dos grandes agricultores, pois devido ao fim do tráfico de africanos, essas áreas careciam de mão de obra. Por essa

visão, a ideia era levar os escravos das áreas urbanas para as áreas rurais e povoar as cidades com imigrantes.

Geraldo Beauclair (1992, p. 26-28), por sua vez, além de apontar a existência de cativos em manufaturas do Rio de Janeiro nesse mesmo período, indicou que a atividade agrícola carioca era mais diversificada do que geralmente se apontava, demandando do mesmo modo atividades do setor secundário. Pela visão que se tinha até então, o açúcar teria dominado até 1690, sendo seguido pela extração de ouro que durou até 1760. No entanto, para ele essas produções coexistiram. Beauclair destaca que um traço marcante da economia colonial foi a diversificação, fator este verificado por estrangeiros que vieram ao Brasil. Essa diversificação geraria, por sua vez, um número maior de agroindústrias para o beneficiamento dos produtos primários. Isso, por outro lado, estimularia os ofícios, como de carpinteiro, serralheiro, ferreiro etc, formando um conjunto de mão de obra mais ou menos especializada.

Mario Danieli Neto (2013, p. 122) em seu estudo sobre a fábrica de ferro Ipanema de Sorocaba destacou um quantitativo considerável de africanos livres nesse ramo, inclusive entre as atividades que demandavam especialização. Em 1846, teríamos 71 escravos homens e 59, mulheres, já entre os africanos livres esse perfil seria diferente para esse mesmo ano. Mario Neto destacou, assim, a existência de 196 homens e 23 mulheres nessa condição. Foi possível, então, perceber a atuação dos homens, fossem cativos ou africanos livres, como pedreiro, marceneiro, tropeiro e ferreiro, por exemplo, e a ação das mulheres, nessas mesmas condições, como costureiras, servente, lavadeiras, serviços de roça e cozinheiras.

Antonio Luigi Negro e Flávio Gomes (2013, p. 57), por sua vez, destacaram que era comum haver escravos e agentes livres nos mesmos espaços de trabalho. Além disso, eles indicaram várias evidências de paralisações realizadas por cativos. Esses agentes junto com africanos livres e outros trabalhadores pararam, por exemplo, as atividades da Fábrica de Pólvora Ipanema, reivindicando melhores condições de trabalho e outras questões mais, o que evidencia uma integração entre eles.

Diante disso, corroboramos com a percepção de Geraldo Beauclair de que a visão de que as atividades do setor secundário, como as atividades artesanais e manufatureiras, teriam um peso insignificante para a economia do Rio de Janeiro deve ser repensada. Boa parte da população das áreas urbanas se inseriu nesses tipos de atividades, sendo estas de suma importância para esses agentes, fossem homens ou mulheres. Além disso, concordamos com a historiografia que não percebe incompatibilidade entre mão de obra cativa e desenvolvimento técnico. Isso porque escravos conviveram com mão de obra livre nas primeiras manufaturas e fábricas cariocas.

Considerações Finais

Vimos neste trabalho como a temática sobre as transformações no modo de produção foram alvo de análises dos pesquisadores. Em nível internacional, verificamos desde as concepções de Marx e Weber até as percepções mais contemporâneas, como de Karl Polanyi e de Ellen Wood.

Analizamos, assim, diversos modos de encarar essa questão, fosse por meio da produção internacional ou nacional, propiciando, pois, diferentes leituras. Observamos que o debate nacional acabou privilegiando demasiadamente o suposto impasse entre o desenvolvimento tecnológico e o sistema escravista, como forma em parte de justificar o lento avanço das relações capitalistas no Brasil. Para alguns autores, como Fernando Henrique Cardoso (1997, p. 272), por exemplo, haveria impossibilidade de desenvolvimento do capitalismo justamente por causa das relações escravistas.

Nesse contexto, as primeiras formulações tendiam a perceber a mão de obra cativa como incapaz de exercer atividades que envolviam destreza de atuação. Por essa ótica, esse tipo de mão de obra ficaria a cargo apenas de tarefas que envolviam força física e que não demandariam esforço intelectual. No entanto, estudos realizados a partir da década de 1980, como as pesquisas de Luiz Carlos Soares e de Geraldo Beauclair, já apontaram a inserção desses trabalhadores em atividades que demandavam especialização, convivendo, pois, mão de obra livre com mão de obra escrava nesses espaços de produção.

Da mesma forma podemos perceber que o peso econômico conferido à atividade manufatureira no Brasil colonial e imperial passou a ser questionado. A visão que predominava até então era de que por ter como característica dominante o caráter agroexportador, não haveria espaço para outros tipos de produção, fosse para importar ou exportar. Contudo, observamos que se desenvolveu no Brasil colonial e imperial um mercado interno dinâmico, além de ter dominado o ramo do tráfico de escravos. A partir de 1808, com a abertura dos portos e a revogação do decreto de 1785 que proibia a instalação de manufaturas têxteis no Brasil, o número de estabelecimentos manufatureiros se elevou consideravelmente no Rio de Janeiro⁵, fazendo com que a econômica carioca fosse mais diversa do que se pensava.

Diante do exposto, podemos apreender que no caso brasileiro o uso de mão de obra escrava não foi impeditivo para o desenvolvimento técnico do ramo industrial-manufatureiro. Escravos estavam inseridos em diversos tipos de produção, sendo muitas das vezes a

mão de obra dominante em alguns desses espaços, como, por exemplo, na produção de rapé, sabão e velas (Soares, 1980: 307-308). Sendo assim, nota-se que eles poderiam ter participado dos espaços formativos de mão de obra, fossem dentro das próprias manufaturas ou não. Isso significa que participar dos mecanismos de ensino e aprendizagem fez parte do cotidiano de milhares desses trabalhadores cariocas, cabendo, pois, uma análise mais pormenorizada desses processos e que será realizada em um próximo estudo.

5. No final da década de 1850 havia no Rio de Janeiro 108 desses empreendimentos na província do Rio de Janeiro, como já mencionamos (SOARES, 1980, p. 155).

Referências

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ANDRADE, Rômulo Garcia. **Burocracia e economia na primeira metade do século XIX (A Junta de Comércio e as atividades artesanais e manufatureiras na cidade do Rio de Janeiro: 1808-1850)**. 1980. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Escravo ou camponês? O proto-campesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

DANIELI NETO, Mario. **Escravos e africanos livres na Fábrica de Ferro Ipanema em Sorocaba (SP) – Século XIX**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. ANPUH 50 anos: comemorações. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2011.

DOBB, Maurice. Uma réplica. In: HILTON, Rodney *et al.* **A Transição do Feudalismo para o Capitalismo**. Tradução de Isabel Didonnet. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FLORENTINO, Manolo. **Em costa negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro 1790-1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 25ª ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2005.

GORENDER, Jacob. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **Modos de produção e a realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1985.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWM, Eric J. **As Origens da Revolução Industrial**. São Paulo: Global, 1979.

LANDES, David S. **Prometeu Desacorrentado**: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, de 1750 até os dias de hoje. 2ª ed. Rio de Janeiro: 2005.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. III: O processo global da produção capitalista. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

NORTH, Douglas C. **Estructura y Cambio em la Historia Económica**. Madri: Alianza, 1994.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Hucetec, 1986.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mende de. **Raízes da indústria no Brasil**: a pré-indústria fluminense, 1808-1860. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed., 1992.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contratempo, 2012.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2012.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não-comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

LANDES, David S. **Prometeu Desacorrentado**: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, de 1750 até os dias de hoje. 2ª ed. Rio de Janeiro: 2005.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SOARES, Luiz Carlos. **A manufatura na formação econômica e social escravista no Sudeste**. Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense: 1840-1880. 1980. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1962.

SOUZA, Jesse. Apresentação. In: WEBER, Max. **A gênese do capitalismo moderno**. São Paulo: Ática, 2006.

SWEEZY, Paul. Uma crítica. In: HILTON, Rodney *et al.* **A Transição do Feudalismo para o Capitalismo**. Tradução de Isabel Didonnet. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Este estudo tem por objetivo analisar a produção acadêmica que se refere à relação entre modos de produção, desenvolvimento técnico e escravidão colonial e imperial brasileira. Apresentaremos algumas das principais concepções do debate estrangeiro sobre modos de produção e os processos de transição. Em seguida, abordaremos o debate nacional sobre modo de produção e escravidão no Brasil colônia e império. Para isso, utilizaremos algumas das obras de referência de modo a proporcionar um panorama do que tem sido discutido a respeito. Ao final, poderemos apreender que mão de obra livre e escrava conviveram nos estabelecimentos manufatureiros do Rio de Janeiro no século XIX, podendo ter participado dos processos de ensino e aprendizagem que foram desenvolvidos nesses espaços.

RESUMO

Formação, Escravidão, Manufaturas.

PALAVRAS-CHAVE

This study aims to analyze the academic production that refers to the relationship between modes of production, technical development and colonial and imperial Brazilian slavery. We will present some of the main conceptions of the foreign debate about modes of production and the transition processes. Then, We will broach the national debate about mode of production and slavery in colony and empire Brazil. To do this, we will use some of the reference works in order to provide an overview of what has been discussed in this regard. In the end, we will learn that free workforce and slave workforce co-existed in the manufacturing establishments of Rio de Janeiro in the Nineteenth century, and may have participated in the teaching and learning processes that were developed in these spaces.

ABSTRACT

Formation, Slavery, Manufacturing.

KEYWORDS

DAIANE ESTEVAM AZEREDO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0770-4153>

RECEBIDO: 25.06.2022

E-mail: daianest.az@gmail.com

ACEITO: 15.11.2022